



ENTREVISTA ESPECIAL



O APRIMORAMENTO DO CONTROLE FISCAL DE MERCADORIAS É UM OBJETIVO ESTRATÉGICO DA SEF

PEDRO MENEGUETTI -
SECRETÁRIO ADJUNTO
DA SEF/MG

página 4



ABERTO O PROCESSO ELEITORAL NO SETCEMG

página 3

NESTA EDIÇÃO

Setcemg treina
motoristas
página 6

O Projeto Despoluir
da Fetcemg aumenta
sua frota
página 7

O voto na sociedade
limitada face ao faleci-
mento ou incapacidade
superveniente do sócio
página 7

Anel Rodoviário -
o eterno problema
página 8

Informativo do Sindicato das Empresas de Transportes de Carga do Estado de Minas Gerais

Av. Antônio Abrahão Caram, 728
Belo Horizonte - MG - CEP 31275-000
Telefax: (31) 3490-0330
www.setcemg.org.br

Presidente

Ulisses Martins Cruz

1º Vice-presidente

Vander Francisco Costa

2º Vice-presidente

Paulo Sérgio Ribeiro da Silva

3º Vice-presidente

Márcio Alves Martins - *in memoriam*

Secretária

Juliana Vieira Martins

Secretária adjunta

Marina da Mata Lopes Amorim

Tesoureiro

Gérson Ziviani

Tesoureiro Adjunto

José Lopes da Silva

Diretores Suplentes

José Wilson Ferreira

Breno Andrade Patrus

Sérgio Luiz Pedrosa

Conselho Fiscal Efetivo

Afonso Moreira de Sousa

Ivan Lombardi

Conselho Fiscal Suplente

Luiz Carlos Rodrigues da Silva

Sandro de Castro González

Ângelo Gabriel de Almeida

Conselho Editorial

Heber de Boscoli Lara

Helena Costa

(Jornalista Responsável - Mtb 2608)

Juliana Martins

Luciano Medrado

Paulo Teodoro do Nascimento

Ulisses Martins Cruz

Vander Francisco Costa

Projeto Gráfico e Diagramação

www.mgbras.com.br

Impressão

Imprimaset - (31) 3492 9232

Tiragem: 4.000 exemplares

Segurança

Podemos ficar horas escrevendo e discursando sobre o tema. Tentaremos resumir para não perdermos o foco.

Na base territorial do Setcemg, composta de 432 municípios, encontramos 23.085 empresas de transporte rodoviário de cargas com CNPJ e CNAE desta atividade, principal ou secundária. Pelo recadastramento do RNTRC, recentemente encerrado pela ANTT, em sua primeira grande fase, encontramos no Brasil 71.951 empresas, 203 cooperativas e 421.055 autônomos.

Através do RNTRC, constatamos que o transportador envolvido no acidente do dia 28/01/2011 no anel rodoviário de Belo Horizonte, estava e está com seu registro suspenso, o que implica em não poder exercer a atividade de transporte remunerado para terceiros.

Não temos o poder de fiscalizar; cabe-nos orientar e, através de nossas assembleias, estabelecermos ações de interesse coletivo.

Podemos e devemos,

na medida em que se constata alguma irregularidade, orientar e insistir nas ações corretivas, incluindo-as nos cursos que frequentemente realizamos, como aconteceu principalmente ao longo de 2009 e 2010. Vimos que muito já foi feito, mas, temos ainda muito a fazer.

Percebemos e perguntamos: O que podemos fazer para melhorar a segurança, não apenas a do trânsito?

Chega a ser desumano vermos inúmeras irregularidades que permeiam nosso setor, onde existe um excesso de legislação - são tantas leis e tantos são os agentes - que é quase impossível acompanhá-la.

Estar em dia com todas as obrigações do TRC é caro, muito caro! Estamos todos preparados para o exercício desta atividade?

O caminhão está inserido na sociedade, que dele precisa para ter todo o conforto e suprimento de suas necessidades, desde as mais básicas até as supérfluas. Não podemos restringir a sua circulação, mas podemos orientá-la, e isto temos feito, sempre defendendo o interesse do setor. Ocorre que existem milhares de caminhões que não pertencem ao nosso setor,

e sim, à indústria, ao comércio e a outras atividades, embora estejam também transportando algo.

É sabido que nossas estradas, há muito tempo, não suportam o movimento atual e tudo leva a crer que só no futuro poderemos ter condições adequadas de infraestrutura. Até lá precisaremos agir contribuindo para melhorar a segurança, de forma a reduzir os constantes acidentes, embora a responsabilidade não seja só nossa.

É preciso dar um basta! Ainda que alguém não concorde com nossas ações. Existem milhares de empresas e milhares de transportadores autônomos com milhões de caminhões, e é claro que alguma porcentagem, infelizmente, nunca estará preparada e responsabilmente qualificada para o exercício desta atividade.

Cabe a todos, ao constatar alguma irregularidade, identificar as falhas, cobrar a responsabilidade pela fiscalização e cumprir seu papel.

Ulisses Martins Cruz
Presidente do Setcemg

... Chega a ser desumano vermos inúmeras irregularidades que permeiam nosso setor, onde existe um excesso de legislação - são tantas leis e tantos são os agentes - que é quase impossível acompanhá-la. ...



Aberto o processo para eleição da diretoria e do conselho fiscal do Setcemg

O Edital foi publicado no jornal "Minas Gerais", edição do dia 19 de janeiro de 2011, página 12 do caderno 3, abaixo transcrito:

Ulisses Martins Cruz, Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Carga do Estado de Minas Gerais – SETCEMG, no exercício de suas atribuições e em obediência ao disposto nos Artigos 41 e seguintes do Estatuto da Entidade, FAZ SABER que, no dia 29 de março de 2.011, na sede do SETCEMG, em Belo Horizonte, MG, À Avenida Antônio Abraão Caram, nº 728, Bairro São José, Pampulha, serão realizadas ELEIÇÕES para escolha dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal para o triênio de primeiro de julho de 2.011 a trinta de junho de 2.014, por escrutínio secreto, no horário

de 08:00 às 18:00 horas, em primeira convocação, com a presença de, pelo menos, 50,0% (cinquenta por cento) das associadas com direito a voto. Não sendo obtido "quorum" em primeira convocação, ficam as associadas convocadas para a segunda, no dia 18 de abril de 2.011, no mesmo local e no horário de 08:00 às 18:00 horas, quando se realizarão as eleições com qualquer número de votantes. Ficam convocados os candidatos que formarem suas chapas a registrá-las, até o 30º (trigésimo) dia após a data de publicação deste edital, na Secretaria do Sindicato, no horário de 08:00 às 18:00 horas, devendo ser obe-

decidas as exigências contidas no Artigo 55 do Estatuto. Será de 2 (dois) dias, contados da publicação do registro das chapas, o prazo para impugnação de candidatos ou de chapas. Terminada a votação, serão iniciados imediatamente os trabalhos de apuração dos votos. Se houver empate entre as chapas mais votadas, proceder-se-á a novas eleições. Em caso de chapa única, a votação dar-se-á por aclamação, ao final da Assembléia Geral e com qualquer "quorum". Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2.011.

Essas informações foram encaminhadas às associadas do Setcemg através da Circular nº 005/2011.

SUPER QUEIMÃO

Forlan

Ford CAMINHÕES

OPERAÇÃO LIMPA-PÁTIO FORLAN CAMINHÕES. CORRA E APROVEITE OS ÚLTIMOS MODELOS DA LINHA 2010/2011 COM PREÇOS ESPECIAIS.



Forlan

VOCE NÃO PODE PERDER ESTA OFERTA.

Faça revisão em seu veículo regularmente.

Ligue e consulte nossas condições.
Rod. Fernão Dias, BR 381 - a 1 km antes do Carrefour Contagem • Tel.: (31) 2122-8900



Forlan



O aprimoramento do controle fiscal de mercadorias é um objetivo estratégico da SEF

A relação produtiva entre as representações dos diversos poderes é uma das ações institucionais do Setcemg, fundamental para o desenvolvimento do transporte rodoviário de cargas em Minas. Na entrevista abaixo, o Secretário Adjunto da Fazenda, Pedro Meneguetti fala das ações estratégicas de sua secretaria e a importância do relacionamento dos órgãos públicos com as entidades representativas da sociedade civil organizada.

Como o senhor vê a substituição tributária no estado?

Pedro Meneguetti - Desde 2004, o Estado de Minas Gerais tem implementado gradativamente o regime de substituição tributária para vários produtos de consumo massificado. Em 2009, essa estratégia se fortaleceu ainda mais, com a assinatura de vários protocolos de substituição tributária com importantes Estados da Federação, como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, entre outros.

Vale dizer que essa estratégia de Minas, de ampliar o rol de produtos sujeitos a substituição tributária, vem sendo elogiada por vários segmentos econômicos que têm tido seus mercados protegidos da concorrência predatória, baseada em sonegação do imposto.

Como técnica de fiscalização, a substituição tributária (ST) centraliza o recolhimento do imposto nos contribuintes substitutos (normalmente os maiores), e, em razão disso, racionaliza a fiscalização e estimula a igualdade na tributação, evitando a concorrência desleal entre contribuintes que recolhem e os que não recolhem regularmente seus tributos. À vista disso, a ST representa significativos

ganhos para o contribuinte, para o Estado e principalmente para a sociedade.

Uma outra vantagem da substituição tributária instituída por meio de protocolos com os outros Estados consiste na “ampliação” da competência territorial do Estado de Minas Gerais, que fica autorizado a exigir o ICMS-ST devido a MG diretamente dos fornecedores (industriais, comerciantes, importadores) situados naqueles Estados.

Some-se a isso uma fiscalização moderna e eficiente para coibir a sonegação em Minas. Neste sentido, temos sido intolerantes com os sonegadores fiscais, articulando, em parceria com outros órgãos públicos, como Ministério Público, Polícias Cíveis e Militar e RFB, mas totalmente acessíveis aos contribuintes cumpridores de suas obrigações tributárias.

Ela será expandida para outros itens e setores?

Pedro Meneguetti - A decisão de se aplicar ou não o instituto da substituição tributária (ST) deve compor o rol de medidas a serem analisadas para a adoção de uma política tributária eficiente. No caso de MG, adotamos uma política tributária focada na atração de novos investimentos e

associada a uma gestão fiscal moderna e eficiente.

As empresas de transporte enfrentam muitas dificuldades com a retenção de seus veículos nos postos de fiscalização. Como conciliar isto sem interferir na fiscalização estatal, que é um dever do estado, e sem interferir no funcionamento das empresas, que é uma necessidade?

Pedro Meneguetti - O aprimoramento dos processos de controle fiscal no trânsito de mercadorias constitui um objetivo estratégico da SEF/MG.

Na SEF/MG, o tema da modernização do controle de mercadorias em trânsito tem recebido destaque. A pesquisa, discussão e proposição da integração de novas tecnologias* no controle do trânsito de mercadorias é uma realidade que tem, por pressuposto, o uso intensivo de informações sistematizadas que orientem a conclusão da ação fiscal.

A integração desse conjunto de ferramentas propiciará, a partir do cruzamento de informações, subsídios para que os auditores fiscais tenham uma atuação mais célere, retendo apenas as cargas com indícios concretos de irregularidades.

Além disso, a SEF/MG iniciou em

*Balança dinâmica = Equipamento de pesagem de cargas em movimento, por eixo. Instalada em pontes localizadas nas rodovias. OCR = Câmeras destinadas ao reconhecimento óptico de caracteres. Utilizado para a leitura de placas dos veículos.

RFID = Identificação por Rádio Frequência. Baseada em chips com capacidade de armazenamento e leitura sem fio de informações de forma segura. Permite o rastreamento e identificação de mercadorias.



outubro de 2009 a implantação do projeto de modernização do controle do trânsito de mercadorias. Esse projeto, além de abarcar as novas tecnologias, promoveu uma reestruturação da gestão e das unidades especializadas no controle do trânsito de mercadorias. A título de exemplo, foram criadas 6 (seis) novas Delegacias Fiscais de Trânsito, perfazendo um total de 11 (onze), sendo um dos papéis dessas unidades intensificar o controle no destino, desafogando o controle nos PF.

Desta forma, as cargas que exijam melhor estrutura para conferência física serão lacradas pelos PF, que as direcionarão para a própria transportadora/contribuinte ou para o Centro de Tratamento de Cargas – CTC (estrutura de conferência de cargas criada pela SEF/MG), onde serão conferidas pelos Auditores Fiscais (trabalho das Delegacias Fiscais de Trânsito), otimizando, assim, a logística dos transportadores.

Em especial, com a massificação dos documentos eletrônicos (NFe, CTe, e em breve do Manifesto de Documentos eletrônicos – Mde), os serviços prestados à sociedade melhorará qualitativamente tanto em relação ao atendimento quanto à eficiência do controle fiscal.

Como o senhor vê o relacionamento entre governos e entidades represen-

tativas dos diversos setores econômicos, em especial o Setcemg e Fetcecmg?

Pedro Meneguetti - A Secretaria de Estado de Fazenda há alguns anos, desenvolve ações que têm como objetivo estabelecer uma ação sinérgica com os segmentos que com ela interagem, promovendo uma aproximação maior entre Administração e a Sociedade.

Este enfoque nas ações de relacionamento externo também é destacado no modelo de gestão adotado pela Secretaria de Fazenda haja vista que no seu Mapa Estratégico da SEF esses objetivos estão representados num subtema específico, com a descrição do seguinte objetivo estratégico: FOMENTAR A COMUNICAÇÃO E A TRANSPARÊNCIA NAS AÇÕES.

Nesta direção, destaca-se o Programa “Falando com a Fazenda”, capaz de, em reuniões ampliadas, viabilizar aos dirigentes da SEF o contato direto com representantes de Entidades de Classes e lideranças empresariais, tratando de temas de comum interesse.

Um problema sério enfrentado pelo setor é o roubo de cargas, principalmente, na região do Triângulo Mineiro. Como o estado, em especial a Secretaria de Fazenda, poderá contribuir para minimizar este problema?

Pedro Meneguetti - A SEF/MG está firmando um novo convênio com a Polícia Militar de Minas Gerais em que amplia, a partir de 2011, o efetivo policial nos Postos de Fiscalização, garantindo um policiamento ostensivo de no mínimo de 2 (dois) PM por unidade fiscal.

Em seu projeto de modernização do controle do trânsito de mercadorias, também está em estudo a instalação de câmeras de segurança em todos os Postos Fiscais, visando melhorar o monitoramento da movimentação de pessoas no pátio daquelas unidades, proporcionando maior segurança tanto para os transportadores quanto aos servidores públicos.

Outra medida estudada para 2011

é a programação de palestras da polícia militar direcionada aos servidores públicos em exercício nos Postos de Fiscalização, com o intuito de orientá-los quanto à importância de estarem atentos a qualquer movimentação ou comportamento de pessoas estranhas nas proximidades daquelas unidades fiscais, atuando de modo preventivo, e de como se portar frente à identificação de situações suspeitas ou concretas.

Uma importante medida para o setor de transporte seria o parcelamento e o pagamento do IPVA a cada mês de acordo com o final da placa dos veículos ou a postergação como aconteceu em 2008. Porque isto não pode ser renovado ou tornado definitivo para o transporte de carga?

Pedro Meneguetti - Em 2009 houve uma postergação dos vencimentos de IPVA de caminhões para os meses de abril, maio e junho em virtude da crise mundial.

O governo, sensibilizado com a situação dos caminhoneiros devido à crise mundial, mas em especial à crise no frete, decidiu por postergar em três meses o vencimento das parcelas. A economia sofreu uma retração de forma geral criando impactos diretos em vários setores, mas, em especial, não havia exportação de aço, o que afetou as siderúrgicas, comprometendo sobremaneira os transportadores de veículos, carvão, aço e demais produtos para exportação.

Retomada a normalidade no decorrer de 2009 e principalmente em 2010, os vencimentos voltaram a acompanhar os demais tipos de veículos a partir de 2010, ou seja, compreendendo o período de janeiro a março, como forma de estabelecer a isonomia tributária entre os vários contribuintes do IPVA.

Outro ponto importante é que a alteração de vencimentos do IPVA tem impactos diretos sobre o fluxo de caixa do Estado e dos Municípios (destinatários de 50% do valor arrecadado). Desta forma, qualquer alteração neste sentido deve ter uma análise muito mais profunda incluindo fontes de receitas que cubram este déficit.



O Setcemg abriu em janeiro as primeiras turmas, para esse ano, de treinamento para motoristas carterias C e D com foco no transporte urbano. As aulas para primeira turma começaram no dia 17 de janeiro, na Unidade Serra Verde do Sest Senat em Belo Horizonte e para a

segunda dia 31 de janeiro no Sest Senat de Contagem. São 96 horas de curso com aulas práticas e teóricas. Na primeira semana os participantes têm informações de condução defensiva, educação para o trânsito, como relacionar com os clientes e as inovações tecnológicas

Setcemg treina motoristas

no setor de transportes. Na segunda semana, as aulas são, principalmente, práticas com o caminhão Tector oferecido em comodato pela Deva/Iveco, equipado com computador de bordo com programas da Onixsat e carroceria da Baresi.

O treinamento é uma parceria do Setcemg com a Iveco/Deva, Baresi, OnixSat e Sest Senat.

Novas turmas serão abertas e mais informações poderão ser obtidas pelo e-mail expediente@setcemg.org.br ou pelo telefone (31) 3490 0330.

SOCIEDADE

Guerra contra a dengue

Um milhão de pessoas contaminadas no Brasil, 550 mortos. De cada grupo de quatro vítimas da dengue no país em 2010, uma foi de Minas. Para cada grupo de cinco pessoas que morreram vítimas da doença, uma era mineira. Por isso, os governos federal e estadual estão em alerta máximo contra a doença que poderá se transformar em epidemia. Todos já sabem como prolifera o mosquito da dengue, agora é agir. O Setcemg faz parte do grupo de apoio ao Governo Estadual no combate à Dengue.

A entidade está organizando e con-

tribuindo nas articulações junto às empresas de transportes para ações concretas. O setor de transportes de bebidas, por exemplo, está com a campanha: "A cada 10 garrafas pets entregue nos pontos de coletas, você ganha um refrigerante". Os postos estão distribuídos nos pontos mais críticos de proliferação do mosquito na região metropolitana de Belo Horizonte.

Você, também, pode ajudar: Se você identificar em sua cidade um foco de dengue, ligue e denuncie: 0800 283 2255



- ⊕ Monitoramento/Rastreamento
- ⊕ Cadastro e Consulta
- ⊕ Projetos e Planos de Rotas
- ⊕ Treinamento

Belo Horizonte - MG
Tel.: (31) 3235-0091

Uberlândia - MG
Tel.: (34) 3210-0200

Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2671-1656

www.gertran.com.br

O Projeto Despoluir da Fetcemg aumenta sua frota

Os números revelam que a cada dia mais empresários, caminhoneiros autônomos e trabalhadores em transporte de carga estão mobilizados e engajados na construção de um Transporte Rodoviário de Carga sustentável e ecologicamente correto.

Em 2010 foi triplicado o cumprimento da meta de aferições de veículos de carga em relação ao ano de

2009, sendo que já nesse ano o alcance ficou acima das expectativas. A meta é estabelecida pela CNT às Federações que compõem o Projeto Despoluir.

Com essa demanda crescente, a Fetcemg aumentou a sua frota do Projeto Despoluir que agora conta com três carros. Desde janeiro, mais empresas mineiras de transporte de cargas poderão fazer os seus testes

de opacidade de fumaça e adquirir o Selo Despoluir para sua frota de caminhões.

A Fetcemg contará com o apoio do Settrim para atender a demanda do Triângulo Mineiro.

Para mais informações sobre o Projeto Despoluir entre em contato com a coordenação através do e-mail: despoluir@fetcemg.org.br.

JURÍDICO

O VOTO NA SOCIEDADE LIMITADA FACE AO FALECIMENTO OU INCAPACIDADE SUPERVENIENTE DO SÓCIO (PARTE 01)



Em princípio, as deliberações dos sócios, ligadas ao funcionamento cotidiano da sociedade, não dependem de forma, em face da celeridade exigida pelos negócios mercantis, incompatíveis com qualquer rito formal. Infere-se que existe entre os sócios uma mútua confiança para gerir a sociedade.

O Código Civil tenta banir a intervenção de terceiros na participação das deliberações sociais, contudo, não trata com clareza a possibilidade (ou impossibilidade) do exercício do direito de voto por terceiros em razão de incapacidade superveniente ou falecimento do sócio.

Nos casos de incapacidade superveniente em razão de enfermidade ou qualquer outra causa duradoura que

impeça o sujeito de exprimir sua vontade, é realizada a nomeação judicial de um curador, que é incumbido de administrar os bens do curatelado, em proveito deste e sob inspeção judicial.

Como a característica fundamental da Sociedade de Pessoas é a confiança mútua, impedindo que estranhos ao dia-a-dia e principalmente ao contrato social possam influenciar nas principais decisões, o que se deve fazer para prever a participação de um terceiro?

Nada impede que no contrato social estabeleça que o curador tenha tão-somente o poder-dever de fiscalizar a empresa, participar das assembléias e zelar pelos interesses do curatelado, estando o direito de voto suspenso até

a efetiva exclusão do sócio ou dissolução da sociedade.

Com isso, caso o sócio interditado seja minoritário, os consócios, por maioria absoluta do capital social, poderão excluí-lo da sociedade, mediante alteração do contrato social, desde que prevista neste a exclusão por justa causa (art. 1.085 do Código Civil). Em sendo o sócio interditado majoritário, os consócios poderão requerer a dissolução da sociedade (art. 1.033, III, do Código Civil) ou requerer a exclusão judicial do sócio interditado (art. 1.030 do Código Civil).

Luiz Flávio Paína Resende Alves
Advogado - Especialista em Direito Tributário



VOLVO VM. TEM GENTE VINDO DE LONGE PRA ENTENDER TANTA ECONOMIA



Conheça o semipesado mais econômico da categoria numa concessionária Volvo e ganhe um Kit Térmico*.

VOLVO TRUCKS. DRIVING PROGRESS

www.volvo.com.br



ANEL RODOVIÁRIO O ETERNO PROBLEMA

É a única **rodovia** para transpor a Capital Mineira.

Interliga as estradas que chegam a Belo Horizonte.

O seu primeiro trecho – Olhos D'Água/Betânia – desce 300 metros em apenas 7 quilômetros, altitude de 1.200 para 900 metros.

Suas 3 faixas de rolamento, em cada mão de direção e sem acostamento, são reduzidas repentinamente para 2 faixas a cada viaduto, ponte ou outros obstáculos.

Suas vias laterais, também sem acostamento, são obstruídas repentinamente e os acessos são precários.

Se não bastasse, o anel rodoviário se tornou em uma grande **avenida** que liga inúmeros bairros da Capital e cidades da Região Metropolitana.

A **solução definitiva** só virá com a construção de um novo anel rodoviário metropolitano ligando todas as rodovias, da BR 040 (Nova Lima) à BR 381 (Santa Luzia), deslocando todo o trânsito pesado para esta nova **rodovia**.

Esta solução, em estudo há vários anos, só depende de ações políticas efetivas para se tornar em realidade urgente, atendendo ao clamor unânime da sociedade.

Como **medida emergencial**, solicitada por todos e especialmente reivindicadas, há anos, pelas Entidades representativas do Transporte Rodoviário de Cargas, o SETCEMG reitera a necessidade urgente de:

- **Sinalização intensiva**, tanto vertical quanto horizontal, no trecho compreendido entre o viaduto da Mutuca e a ponte do Rio das Velhas, objetivando a redução de velocidade, a advertência sobre os perigos da rodovia, a organização do tráfego em cada faixa de rolamento destinada ao acesso e saída e nos estreitamento de pista;

“... Como medida emergencial, solicitada por todos e especialmente reivindicadas, há anos, pelas Entidades representativas do Transporte Rodoviário de Cargas, o SETCEMG reitera a necessidade urgente de: (...)

- **Sinalização intensiva, tanto vertical quanto horizontal, (...)**
- **Fiscalização ostensiva e intensiva (...)**
- **Manutenção da via ...**

- **Fiscalização ostensiva e intensiva**, tanto presencial quanto eletrônica, principalmente no trecho entre o viaduto da Mutuca e a Avenida Amazonas;

- **Manutenção** da via, pelo menos, para trafegabilidade com segurança.

Como **medida definitiva**, tanto na esfera Federal quanto Estadual e Municipal, a construção da **nova rodovia** (rodoanel) e a transformação do atual anel rodoviário em **via urbana**.

O SETCEMG e a FETCEMG, entidades representativas do TRC, de há muito, preocupadas com esta lamentável situação, não só do anel rodoviário como também de outras rodovias a exemplo da BR 381 e BR 040, desenvolvem e aplicam vários programas de segurança e de qualificação de mão-de-obra, como e não se limitando a estes:

- Pacto Rodoviário Mineiro;
- Formação e qualificação de motoristas, habilitação “E” – carretas e articulados – com aulas práticas de direção, ministrado pelo SENAT;
- Formação e qualificação de motoristas, habilitação “C” e “D” – caminhões urbanos – com aulas práticas de direção, também ministrado pelo SENAT;
- Cursos de administração, legislação e logística.

O SETCEMG não se furta às discussões e continua aberto aos debates para melhorar e ampliar a segurança e a infraestrutura do transporte.

Ulisses Martins Cruz
Presidente do Setcemg